



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO (SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA)**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO  
PREGÃO Nº XX/2016  
(PROCESSO Nº 23060.003193/2015-36)**

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de serviço de levantamento topográfico com georreferenciamento das áreas para atender ao disposto no artigo 29 da Lei 12.651/2012, referente ao Cadastro Ambiental Rural – CAR e às necessidades do *campus* São Cristóvão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

## **2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Os serviços solicitados são necessários e imprescindíveis, pois fornecerão elementos essenciais que nortearão as construções e reformas de edificações do *campus* São Cristóvão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Isto é, mediante os dados obtidos a partir dos levantamentos topográficos, será possível a elaboração e planejamento dos projetos de arquitetura e engenharia. Além disso, os serviços atenderão ao disposto no artigo 29 da Lei 12.651/2012, referente ao Cadastro Ambiental Rural – CAR.

## **3. DA VISTORIA**

**3.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (79) 3711-3066.

**3.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**3.2.1.** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**3.2.2.** Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

#### **4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO.**

**4.1.** A execução dos serviços será iniciada após a assinatura da Ordem de Serviço pela Contratada, emitida pela Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS.

**4.2.** Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

**4.2.1.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**4.3.** A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**4.3.1.** Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

**4.3.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

**4.4.** O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 10 (dez) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

**4.4.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

**4.4.2.** O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**4.5.** A execução de todos os serviços deve estar rigorosamente de acordo com os projetos, memoriais, detalhes e prescrições contidas nas presentes Especificações e Normas Técnicas da ABNT e conforme os procedimentos executivos constantes no sistema ORSE da CEHOP/SE e/ou do sistema SINAPI da CEF. Na existência de serviços não especificados, a EMPREITEIRA somente poderá executá-los após parecer favorável da FISCALIZAÇÃO. O levantamento deverá contemplar também o perímetro das edificações existentes, as delimitações de cursos d'água, as áreas de preservação e ainda fazer a atualização dos limites escriturados para fins de Cadastro Ambiental Rural – CAR. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**5.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**5.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.
- 5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, § 8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;
- 5.6. Fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 5.8. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, caso haja, após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 5.9. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 5.10. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- 5.11. Impedir que terceiros, sem autorização, executem os serviços objeto da licitação;
- 5.12. Não aceitar o objeto que esteja fora das especificações contratadas;
- 5.13. Comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato;
- 5.14. Verificar, antes do pagamento à Contratada, a comprovação da regularidade do cadastramento da Contratada perante suas obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Em caso de irregularidade o setor financeiro do IFS encaminhará informação à Coordenadoria de Contratos que providenciará advertência, por escrito, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias a Contratada regularize sua situação, ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções legais e administrativas. Este prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas Termo de Referência e em sua proposta;

- 6.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.3.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 6.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.6.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados, em boas condições de higiene e segurança, e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI apropriados para o exercício das atividades profissionais, como exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MT;
- 6.7.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 6.8.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 6.9.** Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 6.10.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 6.11.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 6.12.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 6.13.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

- 6.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.15.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.17.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 6.18.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 6.19.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 6.20.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.21.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.22.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 6.23.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.24.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 6.25.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 6.26.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

**6.27.** Obter junto ao Município, se for o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

**6.28.** Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

**6.29.** Assegurar à CONTRATANTE, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008:

**6.29.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**6.29.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**6.30.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado

**6.31.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**6.32.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo, se for o caso ou deste Termo Referência.

**6.33.** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

**6.33.1.** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

**6.33.2.** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas

visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

**6.33.3.** Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, se for o caso, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

**6.34.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

**6.35.** Fornecer os projetos desenvolvidos, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

**6.35.1.** A elaboração dos projetos deverá contemplar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

**6.36.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**6.37.** Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.



**6.38.** Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

**6.39. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou ao acompanhamento pelo Contratante;**

**6.40. Não opor embaraços ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual por parte do representante do Contratante, devendo prestar todas as informações requeridas e atender às determinações do fiscal para a correção de eventuais vícios encontrados;**

**6.41. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante;**

**6.42. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desta licitação, em suas quantidades e qualidades exigidas e conforme a Pregão e seus anexos;**

**6.43. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios no desempenho de cada etapa das funções específicas;**

**6.44. Observar as demais obrigações contidas nas Especificações Técnicas;**

**6.45. Assumir as despesas referentes às licenças e multas cobradas pelos órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins, impostos e selagens, serviços auxiliares, ligações provisórias e definitivas de todas as instalações, como também com referência ao CREA, INSS, FGTS, etc.**

**6.46. Outras obrigações previstas na Lei nº 8.666/93 e no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).**

**É vedado ao licitante vencedor:**

**a) contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do IFS durante a execução dos serviços;**

**b) veicular publicidade do contrato firmado com o IFS sem prévia aquiescência deste;**

**c) subcontratar outra empresa para a execução dos serviços.**

## **7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**7.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de

forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**7.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**7.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**7.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**7.5.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**7.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**7.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**7.8.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

**7.8.1. Acompanhamento de execução dos serviços em campo;**

**7.8.2. Acompanhamento da elaboração dos projetos, desenhos e demais peças técnicas;**

**7.8.3. Aprovação e recebimento do projeto, dos desenhos e das peças técnicas devidamente finalizados.**

**7.9.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**7.10. A fiscalização da execução dos serviços ficará sob a responsabilidade da Coordenadoria de Obras e Projetos do campus São Cristóvão (COP-SC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e**

Tecnologia de Sergipe. A nota fiscal será atestada por servidor da COP, oficialmente designado pela Administração.

7.11. Os serviços serão pagos de acordo com o cronograma elaborado pela COP (e desde que a fiscalização ateste a satisfatória execução dos serviços). A Contratada apresentará nota fiscal/fatura, para fins de liquidação e pagamento. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após a aferição do cumprimento da execução dos serviços contratados e da respectiva documentação fiscal, condicionada, ainda, à adimplência fiscal do contratado, verificada em relatório obtida por consulta direta ao SICAF. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para o IFS (artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8666/93). Caso o pagamento seja efetuado após o prazo citado caberá a incidência de encargos por inadimplência do IFS, definidos em lei, até a data efetiva do pagamento. A inadimplência será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)/365}{\frac{(6/100)}{36}} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

**8.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**9.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**9.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**9.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**9.1.3.** fraudar na execução do contrato;

**9.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;

**9.1.5.** cometer fraude fiscal;

**9.1.6.** não mantiver a proposta.

**9.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**9.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**9.2.2.** multa moratória de até 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

**9.2.2.1.** em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

**9.2.2.2.** as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**9.2.3.** multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**9.2.3.1.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**9.2.4.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**9.2.5.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**9.2.6.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**9.3.** Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

**9.3.1.** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**9.3.2.** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**9.3.3.** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**9.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**9.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**9.5.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**9.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**9.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis

**9.9.** A inexecução total ou parcial dos serviços objeto desta licitação dará causa para sua rescisão, consoante estabelece os artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

## **10. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**10.1.** O objeto a ser contratado é de natureza comum conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520, de 2002.

São peças técnicas deste Termo de Referência:

## 1-Planilha Orçamentária



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E GEORREFERENCIAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO DO IFS

DATA: 30.05.2016

ITEM	PROJETO	UND	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	%
<b>LOTE 01 – SERVIÇO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS</b>						
1.1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO E GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS				497.615,00	100,00%
1.1.1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO SEMI-CADASTRAL DE ÁREAS COM GEORREFERENCIAMENTO				488.680,00	98,20%
1.1.1.1	ÁREAS ATÉ 10.000 m²	m²	10.000,000	0,210	2.100,00	0,42%
1.1.1.2	ÁREAS DE 10.000 A 50.000 m²	m²	40.000,000	0,182	7.280,00	1,46%
1.1.1.3	ÁREAS DE 50.000 A 100.000 m²	m²	50.000,000	0,146	7.300,00	1,47%
1.1.1.4	ÁREAS DE 100.000 A 250.000 m²	m²	150.000,000	0,110	16.500,00	3,32%
1.1.1.5	ÁREAS DE 250.000 A 500.000 m²	m²	250.000,000	0,084	21.000,00	4,22%
1.1.1.6	ÁREAS ACIMA DE 500.000 m²	m²	7.900.000,000	0,055	434.500,00	87,32%
1.1.2	TRANSPORTE DE COORDENADAS	Km	5,00	698,00	3.490,00	0,70%
1.1.3	TRANSPORTE DE ALTITUDE	Km	5,00	1.047,00	5.235,00	1,05%
1.1.4	IMPLANTAÇÃO DE MARCOS DE CONCRETO	UND	5,00	42,00	210,00	0,04%
<b>TOTAL LOTE 01</b>					<b>497.615,00</b>	<b>100,00%</b>

OBSERVAÇÃO: PARA OS SERVIÇOS QUE NÃO FORAM ENCONTRADOS NO SINAPI FOI UTILIZADO OS PREÇOS UNITÁRIOS DA TABELA DE HONORÁRIO DE PROJETOS/CONSULTÓRIO DA CEHOP.

Figura 1:

## 2-Cronograma físico-financeiro



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E GEORREFERENCIAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO DO IFS

DATA: 30.05.2016

ITEM	SERVIÇO	%	Valor	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS		6º MÊS	
				%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
LOTE 01 – SERVIÇO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS		100,0%	497.615,00	10,0%	49.761,50	15,0%	74.642,25	15,0%	74.642,25	25,0%	124.403,75	20,0%	99.523,00	15,0%	74.642,25
01.01	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO E GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS	100,0%	497.615,00	10,0%	49.761,50	15,0%	74.642,25	15,0%	74.642,25	25,0%	124.403,75	20,0%	99.523,00	15,0%	74.642,25
Total simples		100,0%	497.615,00	10,0%	49.761,50	15,0%	74.642,25	15,0%	74.642,25	25,0%	124.403,75	20,0%	99.523,00	15,0%	74.642,25
Total acumulado		100,0%	497.615,00	10,0%	49.761,50	25,0%	124.403,75	40,0%	199.046,00	65,0%	323.449,75	85,0%	422.972,75	100,0%	497.615,00

Figura 2:

## 3- Memorial descritivo :

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO – BR 101, KM 96 – Povoado Quissamã – CEP: 49.100-000 - Tel.: (079) 3711-3050/3064/3079 e-mails: colic-scristovao@ifs.edu.br e selic.scristovao@gmail.com

Conforme Projeto Edital Eficiente e Parecer Referencial – Ordem de Serviço Conjunta Reitor+ia/PF-IFS nº 01/2015

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**  
**Superintendência Regional do INCRA em Sergipe – SR-23**  
**Divisão Técnica – SR-23/T**

## MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: Escola Agrotécnica Federal de Sergipe      ÁREA (ha): 839,1173      PERÍMETRO (m): 13.893,21  
MUNICÍPIO: São Cristóvão      ESTADO: Sergipe

### LIMITES E CONFRONTAÇÕES

**NORTE:** Com Rio Poxim Mirim e PA-Moacir Wanderley.

**LESTE:** Com Rio Poxim Mirim, PA-Moacir Wanderley, Estrada Vicinal, Antônio Fernando dos Santos, Antônio Tavares dos Santos, Antônio da Progresso e Gilvaldo Messias.

**SUL:** Exército Brasileiro.

**OESTE:** Com Exército Brasileiro, Povoado Timbó, Estrada Vicinal, Rio Poxim Açú, Paulo Leite, Lauro Porto e José Bomfim.

### DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

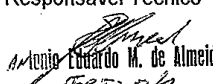
Partindo do marco **P-01**, situado no limite com **Rio Poxim Mirim**, definido pela coordenada geográfica de Latitude **10°53'05,98" Sul** e Longitude **37°11'21,00" Oeste**, Datum **SAD-69** e pela coordenada plana UTM **8.796.141,9100** m Norte e **697.930,3400** m Leste, referida ao meridiano central **39° WGr**, deste, confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **33,55** m e azimute de **180°49'11"** chega-se ao marco **P-02**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **62,91** m e azimute de **137°13'44"** chega-se ao marco **P-03**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **213,06** m e azimute de **140°18'19"** chega-se ao marco **P-04**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **21,74** m e azimute de **227°52'18"** chega-se ao marco **P-05**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **5,48** m e azimute de **294°21'58"** chega-se ao marco **P-06**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **24,51** m e azimute de **245°24'39"** chega-se ao marco **P-07**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **18,28** m e azimute de **141°41'16"** chega-se ao marco **P-08**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **123,95** m e azimute de **138°54'21"** chega-se ao marco **P-09**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **142,74** m e azimute de **135°35'36"** chega-se ao marco **P-10**, deste confrontando neste trecho com **Rio Poxim Mirim**, seguindo com distância de **114,84** m e azimute de **160°07'34"** chega-se ao marco **P-11**, deste confrontando neste trecho com **PA-Moacir Wanderley**, seguindo com distância de **552,43** m e azimute de **237°45'51"** chega-se ao marco **P-12**, deste confrontando neste trecho com **PA-Moacir Wanderley**, seguindo com distância de

8,34 m e azimute de 258°13'54" chega-se ao marco P-13, deste confrontando neste trecho com PA-Moacir Wanderley, seguindo com distância de 51,92 m e azimute de 187°07'30" chega-se ao marco P-14, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 188,22 m e azimute de 117°19'19" chega-se ao marco P-15, deste confrontando neste trecho com PA-Moacir Wanderley, seguindo com distância de 491,45 m e azimute de 132°40'05" chega-se ao marco P-16, deste confrontando neste trecho com PA-Moacir Wanderley, seguindo com distância de 409,57 m e azimute de 130°53'07" chega-se ao marco P-17, deste confrontando neste trecho com PA-Moacir Wanderley, seguindo com distância de 502,68 m e azimute de 128°16'06" chega-se ao marco P-18, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 416,00 m e azimute de 196°32'24" chega-se ao marco P-19, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 71,42 m e azimute de 200°39'10" chega-se ao marco P-20, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 29,23 m e azimute de 218°55'56" chega-se ao marco P-21, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 11,84 m e azimute de 134°33'19" chega-se ao marco P-22, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 68,63 m e azimute de 170°37'57" chega-se ao marco P-23, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 125,43 m e azimute de 170°19'12" chega-se ao marco P-24, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 163,15 m e azimute de 189°12'19" chega-se ao marco P-25, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 21,60 m e azimute de 197°45'50" chega-se ao marco P-26, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 111,08 m e azimute de 206°20'37" chega-se ao marco P-27, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 248,42 m e azimute de 200°30'01" chega-se ao marco P-28, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 56,27 m e azimute de 184°22'56" chega-se ao marco P-29, deste confrontando neste trecho com Antônio Fernando dos Santos, Antônio Tavares dos Santos e Antônio da Progresso, seguindo com distância de 509,89 m e azimute de 200°06'18" chega-se ao marco P-30, deste confrontando neste trecho com Gilvaldo Messias, seguindo com distância de 142,62 m e azimute de 177°06'52" chega-se ao marco P-31, deste confrontando neste trecho com Gilvaldo Messias, seguindo com distância de 52,96 m e azimute de 184°02'19" chega-se ao marco P-32, deste confrontando neste trecho com Gilvaldo Messias, seguindo com distância de 86,90 m e azimute de 143°25'03" chega-se ao marco P-33, deste confrontando neste trecho com Gilvaldo Messias, seguindo com distância de 43,87 m e azimute de 149°14'57" chega-se ao marco P-34, deste confrontando neste trecho com Gilvaldo Messias, seguindo com distância de 43,87 m e azimute de 169°35'11" chega-se ao marco P-35, deste confrontando neste trecho com Gilvaldo Messias, seguindo com distância de 72,40 m e azimute de 165°38'43" chega-se ao marco P-36, deste confrontando neste trecho com Exército Brasileiro, seguindo com distância de 2.401,57 m e azimute de 250°34'11" chega-se ao marco P-37, deste confrontando neste trecho com Exército Brasileiro, seguindo com distância de 242,05 m e azimute de 348°25'53" chega-se ao marco P-38, deste confrontando neste trecho com Povoado Timbó, seguindo com distância de 196,23 m e azimute de 348°25'55" chega-se ao marco P-39, deste confrontando neste trecho com Povoado Timbó, seguindo com distância de 132,36 m e azimute de 348°14'34" chega-se ao marco P-40, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 16,41 m e azimute de 349°59'53" chega-se ao marco P-41, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 158,79 m e azimute de 348°29'44" chega-se ao marco P-42, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 48,05 m e azimute de 351°14'57" chega-se ao marco P-43, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 93,91 m e azimute de 347°53'27" chega-se ao marco P-44, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 233,62 m e azimute de 349°54'25" chega-se ao marco P-45, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 88,15 m e azimute de 355°02'51" chega-se ao marco P-46, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Açu, seguindo com distância de 81,97 m e azimute de 64°29'52" chega-se ao marco P-47, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Açu, seguindo com distância de 29,82 m e azimute de 43°27'52" chega-se ao marco P-48, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Açu, seguindo com distância de 38,04 m e azimute de 123°34'53" chega-se ao marco P-49,



deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Açu, seguindo com distância de 36,40 m e azimute de 24°27'35" chega-se ao marco P-50, deste confrontando neste trecho com Paulo Leite, seguindo com distância de 28,43 m e azimute de 37°59'55" chega-se ao marco P-51, deste confrontando neste trecho com Paulo Leite, seguindo com distância de 47,50 m e azimute de 102°57'24" chega-se ao marco P-52, deste confrontando neste trecho com Paulo Leite, seguindo com distância de 37,65 m e azimute de 100°51'12" chega-se ao marco P-53, deste confrontando neste trecho com Paulo Leite, seguindo com distância de 87,21 m e azimute de 111°49'02" chega-se ao marco P-54, deste confrontando neste trecho com Paulo Leite, seguindo com distância de 49,46 m e azimute de 96°32'51" chega-se ao marco P-55, deste confrontando neste trecho com Paulo Leite, seguindo com distância de 503,59 m e azimute de 0°45'28" chega-se ao marco P-56, deste confrontando neste trecho com Estrada Vicinal, seguindo com distância de 5,98 m e azimute de 2°46'52" chega-se ao marco P-57, deste confrontando neste trecho com Lauro Porto, seguindo com distância de 466,54 m e azimute de 8°30'27" chega-se ao marco P-58, deste confrontando neste trecho com Lauro Porto e José Bomfim, seguindo com distância de 1.751,85 m e azimute de 6°57'48" chega-se ao marco P-59, deste confrontando neste trecho com José Bomfim, seguindo com distância de 163,07 m e azimute de 358°07'24" chega-se ao marco P-60, deste confrontando neste trecho com José Bomfim, seguindo com distância de 113,13 m e azimute de 359°11'23" chega-se ao marco P-61, deste confrontando neste trecho com José Bomfim, seguindo com distância de 103,23 m e azimute de 8°04'28" chega-se ao marco P-62, deste confrontando neste trecho com José Bomfim, seguindo com distância de 106,19 m e azimute de 15°12'55" chega-se ao marco P-63, deste confrontando neste trecho com Estrada Municipal, seguindo com distância de 10,10 m e azimute de 19°08'05" chega-se ao marco P-64, deste confrontando neste trecho com José Bomfim, seguindo com distância de 143,99 m e azimute de 15°26'19" chega-se ao marco P-65, deste confrontando neste trecho com José Bomfim, seguindo com distância de 80,32 m e azimute de 17°40'37" chega-se ao marco P-66, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 139,62 m e azimute de 112°54'51" chega-se ao marco P-67, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 101,39 m e azimute de 149°23'17" chega-se ao marco P-68, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 16,99 m e azimute de 88°14'45" chega-se ao marco P-69, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 34,81 m e azimute de 84°33'35" chega-se ao marco P-70, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 19,98 m e azimute de 25°54'39" chega-se ao marco P-71, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 51,66 m e azimute de 71°42'07" chega-se ao marco P-72, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 133,60 m e azimute de 37°02'29" chega-se ao marco P-73, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 163,38 m e azimute de 54°44'24" chega-se ao marco P-74, deste confrontando neste trecho com Rio Poxim Mirim, seguindo com distância de 494,97 m e azimute de 72°49'57" chega-se ao marco P-01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Aracaju(SE), 04/02/2003

Responsável Técnico	Confere	Visto
 Antonio Eduardo M. de Almeida FCR-04 INCR/SE		

Leandro Teles Santana  
Engenheiro Civil  
Coordenadoria de Obras e Projetos  
*Campus São Cristóvão / IFS*

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

(    ) Aprovado (    ) Não Aprovado

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

ALFREDO FRANCO CABRAL  
Diretor-Geral

**De Acordo com Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 5.450/2005**